

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

O STF está exportando impunidade



As decisões de Dias Toffoli não só impedem que criminosos confessos sejam investigados e processados no Brasil, como negam a outros países as condições para punir seus crimes

Como se sabe, o Supremo Tribunal Federal (STF), através das canetadas monocráticas do ministro Dias Toffoli – aquele que disse que os ministros da Corte são “editores de um país” –, está empenhado em reescrever a história conforme a narrativa lulopetista de que o esquema de corrupção do petróleo foi na verdade invenção de uma conspiração de procuradores e magistrados em conluio com agentes internacionais para alijar “guerreiros do povo brasileiro” do poder e destruir a indústria de construção nacional.

A história narrada e comprovada pelos envolvidos em acordos com o Ministério Público é bem diferente. Executivos da Petrobras recebiam propina das empreiteiras para fechar contratos superfaturados. No exterior, os governos lulopetistas abriam as portas para governos alinhados para a contratação de obras viabilizadas com linhas de créditos do BNDES. Segundo o Tribunal de Contas da União, em uma década a Odebrecht foi beneficiada com 80% desse crédito. Enquanto isso, os marqueteiros de partidos políticos se encarregavam de lavar o dinheiro do

financiamento ilícito de campanhas.

Tudo isso foi descrito em detalhes por delatores como Marcelo Odebrecht em acordos de leniência e colaboração premiada homologados pelo STF. Esses acordos previam que, em troca das informações e provas, os delatores e suas empresas receberiam benefícios como a possibilidade de participar de licitações, a suspensão da persecução penal e, numa cláusula controversa, o não compartilhamento de provas com países onde confessaram ter cometido crimes. Mas, agora, o STF quer que o Brasil finja que tudo isso não aconteceu. Alegando que os delatores teriam sido coagidos, Toffoli está anulando todas as provas e multas.

No caso do processo da Odebrecht, Toffoli nem sequer deveria ser o relator. Identificado nas planilhas da empreiteira como “o amigo do amigo (Lula) de meu pai (Emílio Odebrecht)”, deveria ter se declarado impedido. Suas decisões se baseiam num suposto conluio entre os promotores e o então juiz Sergio Moro a partir de mensagens vazadas por hackers, cuja autenticidade a Polícia Federal afirma não ter como comprovar. Toffoli alega que as delações foram feitas sob “tortura psicológica”, num “pau de arara do século 21”, ainda que, em outro processo conduzido pelo ministro André Mendonça, os advogados de 12 empresas brindadas com acordos de leniência, entre elas a Odebrecht, tenham declarado que elas jamais foram vítimas de tal coação.

A tese é estapafúrdia do princípio ao fim. Mas, admitidas as premissas, a coerência jurídica exigiria que os acordos

fossem anulados. Prevaleceu, no entanto, a coerência política, e o ex-advogado do PT tornado ministro do STF decidiu manter todos os benefícios das delações. Assim, a Justiça brasileira, a pretexto de falhas da Justiça brasileira, não investigará nem processará criminosos confessos, e continuará negando a mais de uma dezena de países as condições para punir seus crimes. Em bom português, o STF jogou longe o bebê e manteve a água suja.

Como apontou em entrevista ao **Estadão** o diretor da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, há pelo menos cinco anos a capacidade de combate à corrupção no País vinha sendo erodida, com a perda de independência das instituições de controle, as tentativas de interferência na Polícia Federal pelo então presidente Jair Bolsonaro ou a leniência da Procuradoria-Geral da República sob Augusto Aras. “O Brasil já estava numa posição muito ruim nos fóruns internacionais anticorrupção. Mas as decisões monocráticas desde setembro do ano passado do ministro Toffoli agravaram, e muito, esse quadro. E agora, com essas decisões, existem elementos concretos para comprovar a violação frontal dos compromissos assumidos pelo Brasil nesses fóruns. Com destaque para a Convenção da OCDE Contra o Suborno Transnacional”.

A conclusão de Brandão é inescapável. Sob volumosas pás de cal lançadas por sua Corte máxima, “o Brasil se tornou um grande cemitério de provas de corrupção transnacional” e agora, “depois de exportar corrupção, está exportando impunidade”. ●

A união de maus políticos e milicianos

Depoimento de Ronnie Lessa, assassino confesso de Marielle, revela quão carcomida está a representação política no Rio pelos interesses criminosos de certas autoridades constituídas

O deslinde do caso Marielle Franco, no fim de março, já havia exposto ao País um Rio de Janeiro carcomido pela ação insidiosa do crime organizado, em particular das milícias, quase naturalizadas como parte integrante da paisagem política do Estado. Partindo de uma degeneração primordial – as milícias como grupos paraestatais formados por agentes de segurança treinados e armados pelo próprio Estado –, essas organizações criminosas, de fato, têm avançado de forma audaciosa sobre espaços cada vez mais amplos das esferas institucionais de poder, ora estreitando laços com autoridades corruptas, ora financiando ilegalmente seus próprios candidatos a mandatos eletivos.

No domingo passado, o *Fantástico*,

da TV Globo, exibiu trechos do depoimento do ex-policial militar Ronnie Lessa, assassino confesso da vereadora carioca e de seu motorista, Anderson Gomes, que faz parte do acordo de colaboração premiada firmado entre o criminoso e a Polícia Federal (PF). No depoimento, Lessa evasceu o sórdido *modus operandi* desse conluio entre autoridades constituídas e milicianos, uma espécie de hidra que tanto tem custado aos fluminenses, em múltiplos sentidos. Ao mesmo tempo, as declarações de Lessa deram a dimensão do desafio posto diante do País para eliminar da vida política a presença de criminosos que, para além de seus objetivos delitivos, ainda subvertem a democracia representativa.

Com espantosa naturalidade, Lessa admitiu aos policiais federais que “não

foi contratado para matar Marielle, como matador de aluguel”, mas sim “chamado para uma sociedade” pelos irmãos Chiquinho e Domingos Brazão – respectivamente, deputado federal (Sem Partido-RJ) e conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. “Não é uma empreitada, para você chegar ali, matar uma pessoa e ganhar um dinheirinho”, disse o ex-policial militar, narrando o caráter extraordinário do convite, chamemos assim, que teria recebido dos irmãos Brazão.

Como se sabe, a Procuradoria-Geral da República (PGR) acusou Chiquinho e Domingos Brazão de serem os mandantes do assassinato de Marielle e Anderson, em associação com o delegado Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil fluminense e à época a autoridade máxima responsável pela elucidação do crime. Os três foram presos preventivamente e aguardam o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a denúncia oferecida contra eles pela PGR, no dia 9 de maio.

A tal “sociedade”, que Lessa classificou no depoimento à PF como “o negócio” da vida dele, seria a ocupação de um loteamento irregular em Jacarepaguá, bairro da zona oeste do Rio, para lá “instalar uma nova milícia”, a ser chefiada, claro, pelo ex-policial militar. Além de render a Lessa “mais de US\$ 20 milhões” – o equivalente a mais de R\$ 100 milhões – com a exploração ile-

gal de serviços de segurança, moradia, transporte clandestino, venda de gás e do chamado “gatonet” (furto de sinal de TV por assinatura), a ocupação ilegal da área sob influência desse novo grupo paraestatal se prestaria a manter o poder político do clã Brazão. Segundo Lessa, a “questão valiosa” para os irmãos Brazão não era propriamente a instalação da milícia, mas sua manutenção, “porque a manutenção da milícia vai trazer votos”.

Marielle seria a “pedra no caminho” para a consecução desse arranjo criminoso entre Lessa e os irmãos Brazão, com a participação do então chefe da Polícia Civil. Pouco antes de ser brutalmente assassinada, a parlamentar vinha realizando reuniões com líderes comunitários da região a fim de desestimular a adesão dos moradores ao novo loteamento ilegal. Ou seja, sua atuação política, ainda segundo o depoimento de Ronnie Lessa, colidiu frontalmente com os interesses de criminosos comuns e de criminosos investidos de autoridade estatal.

O julgamento dos acusados, portanto, tem uma dimensão civilizatória que extrapola a exemplar condenação dos eventuais culpados. O caso deve ser um marco divisor para o fortalecimento das instituições democráticas, mostrando quão cara deve ser a conta para os que se aventuram a desvirtuar a política de maneira criminosas. ●